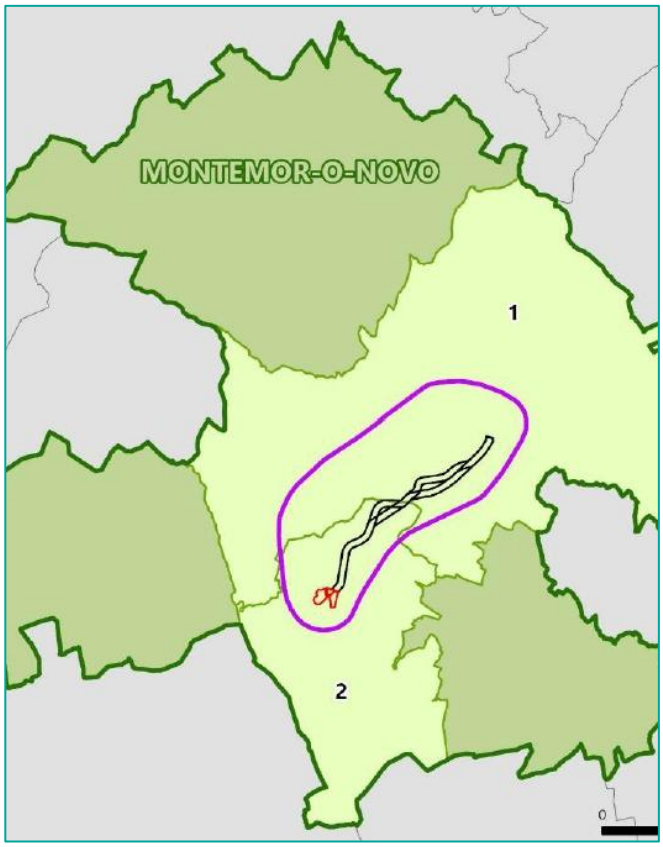
RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA



Proposta de Definição de Âmbito n.º 263

Central Fotovoltaica FFV Montemor

Outubro de 2025

Título: Relatório de Consulta Pública
Central Fotovoltaica FFV Montemor
PDA 263

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente
Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental
Divisão de Cidadania Ambiental
Miguel Couchinho

Data: Outubro de 2025

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 3

2. O PROJETO 3

3. LOCALIZAÇÃO 3

4. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA 4

5. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA 5

6. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO 5

7. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS 6

8. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS 6

1. INTRODUÇÃO

Este procedimento de AIA encontra-se enquadrado no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação.

Embora o proponente não tenha solicitado a realização de consulta pública, a autoridade de AIA, tendo em conta as caraterísticas do projeto em apreço considerou relevante a realização da mesma.

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação, procedeu-se à consulta pública da Proposta de Definição de Âmbito (PDA) do Estudo de Impacte Ambiental do projeto "Central Fotovoltaica FFV Montemor" – PDA 263.

O proponente é a empresa FFNEV Portugal II, Lda., a entidade licenciadora é a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), e a autoridade de avaliação de impacte ambiental é a Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

2. O PROJETO

O projeto é composto pela Central Fotovoltaica FFV Montemor, de 60 MWp, a implantar na freguesia de São Cristóvão, concelho de Montemor-o-Novo, assim como pela linha elétrica a 60 kV, que irá ligar a central fotovoltaica à Rede Nacional de Distribuição através da subestação da E-Redes de Montemor.

Fonte: Proposta de Definição de Âmbito (PDA) do Estudo de Impacte Ambiental

3. LOCALIZAÇÃO

O Projeto localiza-se no concelho de:

- Montemor-o-Novo (Freguesia de São Cristóvão, União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras).

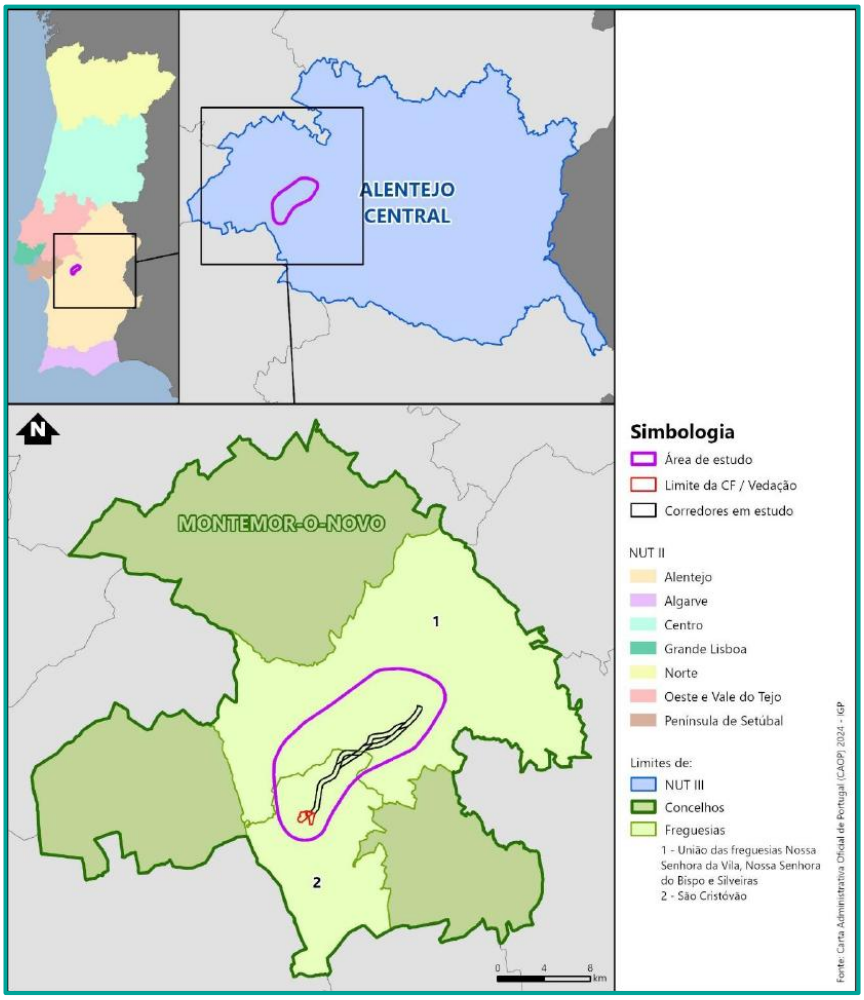


Figura 1 – Localização do projeto.

Fonte: Proposta de Definição de Âmbito (PDA) do Estudo de Impacte Ambiental

4. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

A Consulta Pública decorreu durante 15 dias úteis, de 18 de setembro a 8 de outubro de 2025.

5. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA

A Proposta de Definição de Âmbito (PDA) do Estudo de Impacte Ambiental, foi disponibilizada para consulta nos seguintes portais: Agência Portuguesa do Ambiente (apambiente.pt); Participa.pt.

Foram remetidos anúncios de consulta pública para as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia da área de implantação do projeto, nomeadamente:

Distrito de Évora

• Montemor-o-Novo
  • Freguesia de São Cristóvão
  • União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras

6. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO

A publicitação da Proposta de Definição de Âmbito (PDA) do Estudo de Impacte Ambiental foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios nas seguintes entidades:
  - Agência Portuguesa do Ambiente;
  - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo;
  - Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia da área de implantação do projeto
- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social de âmbito nacional;
- Divulgação na Internet no site da Agência Portuguesa do Ambiente e no portal PARTICIPA.PT;
- Envio de comunicação às ONGA inscritas no RNOE;

7. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Durante o período de Consulta Pública foram recebidas 246 exposições com a seguinte proveniência:

Cidadãos:

- 237 exposições particulares

Entidades:

- AMORA - Associação de Monitorização e Regeneração do Almansor
- Câmara Municipal de Montemor-o-Novo (foi solicitado parecer específico, sendo este analisado no Parecer da Comissão de Avaliação)
- CHIRO – Associação Morcegos.PT
- Gandum Village – Hotel Rural
- Juntos Pelo Cercal
- Juntos pelo Divor – Paisagem e Património
- Marca – Associação de Desenvolvimento Local (Marca-ADL)
- Sociedade Agrícola do Freixo do Meio, Lda.
- Turismo de Portugal, I.P.

8. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

As exposições recebidas relativas à Proposta de Definição de Âmbito do Estudo de Impacte Ambiental do projeto Central Fotovoltaica FFV Montemor revelam uma forte contestação ao projeto e expressam preocupações entre cidadãos e entidades.

3 cidadãos apresentam a sua concordância pela seguinte razão principal:

- A instalação da central fotovoltaica é vista como um contributo positivo para a sustentabilidade ambiental e para a transição energética.

227 cidadãos apresentam a sua discordância pelas seguintes razões principais:

Impacto na biodiversidade:

- A área proposta está próxima ou sobreposta a zonas da Rede Natura 2000 (áreas sensíveis como Monfurado e Cabrela), incluindo habitats de espécies ameaçadas.
- Destacam-se espécies como o abutre-preto, águia-imperial-ibérica, cegonha-preta, cortiçol-de-barriga-branca (único local em Portugal com presença desta espécie), morcegos protegidos, e outros mamíferos de pequeno porte.
- A instalação da central e das linhas de alta tensão pode fragmentar habitats, interromper corredores ecológicos e afetar zonas húmidas essenciais à fauna.

Destruição da paisagem e identidade local:

- A paisagem alentejana, marcada pelo montado de sobro e azinho, pastagens e matos mediterrânicos, é considerada um património natural e cultural.
- A substituição por estruturas metálicas e vedadas é vista como uma industrialização do território, poluição visual e perda de identidade rural.
- O projeto da central fotovoltaica e das respetivas infraestruturas (linhas e acessos) ameaça destruir paisagens naturais valiosas, incluindo um projeto exemplar de regeneração agroflorestal junto ao rio Almansor.

Degradação dos solos e aumento da desertificação:

- A ocupação de solos férteis com painéis solares compromete a infiltração da água, aumenta a erosão e reduz a resiliência ecológica.
- Preocupações com a formação de ilhas de calor e o aquecimento local do solo, agravando os efeitos das alterações climáticas.

Modelo energético centralizado e extrativo:

- Críticas ao modelo de produção centralizado, que favorece grandes empresas e não beneficia diretamente as comunidades locais.
- Defende-se um modelo descentralizado, com produção distribuída em telhados, parques de estacionamento e zonas industriais.

Impacto socioeconómico negativo:

- O projeto gera poucos empregos permanentes e pode prejudicar atividades como o turismo rural, agricultura e pecuária.
- Expropriação forçada e falta de compensações adequadas para proprietários afetados.

Falta de planeamento estratégico:

- Falta de avaliação cumulativa dos impactos com outros projetos na região.
- Críticas à falta de transparência e à ausência de envolvimento das populações.

Preocupações com saúde e bem-estar:

- As linhas de alta tensão são associadas a riscos eletromagnéticos, ruído constante, e poluição visual.
- Proximidade a zonas habitadas e áreas de regeneração ambiental levanta preocupações sobre a qualidade de vida.

Sustentabilidade questionável:

- Dúvidas sobre a pegada ecológica dos materiais usados, reciclagem dos painéis, e impacto real na redução de emissões.
- Promoção de uma imagem "verde" sem ser verdadeiramente sustentável.

Soluções alternativas:

- Painéis solares em coberturas de edifícios públicos e privados.
- Instalações agrovoltaicas (painéis elevados que permitem uso agrícola simultâneo).
- Unidades de produção de autoconsumo e comunidades de energia.
- Estas alternativas são vistas como menos impactantes e mais justas socialmente.

1 cidadão apresenta a sua discordância solicitando que os cabos aéreos de ligação da central à subestação não passem na sua propriedade.

Acrescenta:

- O prédio situa-se junto à estrada nacional 2 que vai para o Escoural.
- É composto de terreno com sobreiros de grande porte, oliveiras centenárias e azinheiras.

1 cidadã apresenta a sua discordância afirmando que é proprietária de prédio rústico, correspondente a residência própria permanente, negócio de turismo rural, alojamento local e projeto de regeneração ambiental, estando abrangido pela área de análise da linha elétrica de 60 kV (troço 5).

O terreno localiza-se:

- Zona classificada como Espaços Culturais, cujo património e paisagem deve ser conservado, de acordo com o Artigo 56º do Capítulo VII do PDM de Montemor-o-Novo.
- Parcialmente em Zona classificada como Espaços Naturais e Paisagísticos, de acordo com o Artigo 54º e Artigo 55º do Capitulo VI do PDM de Montemor-o-Novo.

1 cidadã apresenta a sua discordância afirmando que é proprietária da "Quinta dos Valentes", contígua ao limite norte da Rede Natura 2000 correspondente à serra de Monfurado/Sítio de Monfurado, delimitada pelo rio Almansor. A quinta está situada dentro do perímetro de proteção do Castelo de Montemor-o-Novo.

A propriedade possui:

- Moinho do Italiano e Moinho do Ananil, classificados como património edificado e arqueológico do município de Montemor-o-Novo.
- Na zona do Moinho do Ananil, existe o afloramento magmático de Vale Paraíso, no Rio Almansor, classificado como Geosítio e Monumento Natural.
- Moradia de família onde habitam em permanência.

2 cidadãos apresentam a sua discordância afirmando que são titulares do direito de propriedade sobre prédios que integram o troço 4B.

São proprietários de:

- "Estanque" situado em Nossa Senhora da Vila.
- "Fazenda do Parreira" sito na Parreira.
- "Fazenda Quartinhais" situado na União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveira.

Afirmam que foi desconsiderada no estudo:

- A relevância da singularidade dos elementos naturais existentes.
- A relevância socioeconómica da atividade agrícola empreendida.

Concluem que as especificidades ambientais que caracterizam os prédios identificados constituem efetivos impedimentos à implementação do corredor de linha de distribuição elétrica no troço 4B.

3 cidadãos apresentam a sua discordância afirmando que são proprietários de prédio rústico/urbano, situado na União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveira, correspondente à sua residência habitual, incluído no corredor da linha elétrica, troço 4A.

Solicitam que:

- O EIA considere e avalie alternativas de traçado com base em corredores já existentes (elétricos e viários).
- O estudo tenha em conta a presença de elementos naturais, agrícolas e patrimoniais relevantes, como a horta, a linha de água e a fonte antiga.
- Sejam consideradas as intenções de valorização agrícola e ambiental dos proprietários, que incluem a expansão das hortas e projetos de arborização.
- Seja dada especial atenção às ocupações agroflorestais sensíveis (sobro e azinheira), que ocupam uma parcela significativa do buffer de análise.

- O estudo enquadre o projeto numa visão territorial e energética mais ampla, garantindo coerência e sustentabilidade.

Breve síntese das exposições de Entidades

A **AMORA - Associação de Monitorização e Regeneração do Almansor** apresenta a sua oposição ao projeto pelas seguintes razões principais:

- A área proposta para a Central Fotovoltaica e para as novas linhas de alta-tensão situa-se numa paisagem ecologicamente preservada e de elevado valor paisagístico. Caracteriza-se por montado de sobro e azinho, pastagens, matos mediterrânicos e linhas de água que atravessam os vales.
- A instalação de 92 hectares com estruturas metálicas ameaça fragmentar habitats e comprometer a continuidade ecológica da paisagem.
- Impactes relevantes incluem perda de habitat para aves protegidas, mamíferos (raposas, texugos, fuinhas, ginetas, coelhos, morcegos) e insetos polinizadores.
- Linhas de água e zonas húmidas, essenciais como corredores ecológicos, podem ser perturbadas por cabos, acessos e vedações.
- A substituição de solos férteis por superfícies ocupadas aumenta riscos de erosão e reduz a resiliência dos ecossistemas face a fenómenos climáticos extremos.
- A linha de postes elétricos atravessa a bacia do Rio Almansor, zona de elevado valor ecológico e geológico, com projetos de regeneração em curso. A presença de rochas metamórficas e plutónicas no Almansor constitui património geológico que deve ser preservado.
- Rejeitamos grandes parques fotovoltaicos devido ao seu impacto ecológico e defendemos uma transição energética mais consciente e organizada.
- O projeto inclui áreas da Estrutura Ecológica Municipal e zonas agrícolas da RAN, que devem ser protegidas.
- O PDM de Montemor-o-Novo restringe construções em solo REN, exceto em casos de utilidade pública imprescindível.
- O território em causa é uma paisagem cultural e ecológica única, essencial para a biodiversidade, agricultura sustentável e identidade local.

A **CHIRO - Associação Morcegos.PT** afirma que face ao potencial da região para os morcegos e aos potenciais impactes negativos provocados pela instalação do projeto, considera que o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) terá de incluir os seguintes aspetos relativamente aos morcegos:

<u>Caracterização da Situação de Referência (Ano 0)</u>

Amostragens Acústicas

- Realizadas mensalmente de março a outubro.
- Utilizam detetores passivos de espectro total (mínimo 250 kHz).
- Funcionamento mínimo de 65% do tempo.
- Amostragem ao nível do solo com início o mais tardar ao pôr-do-sol, com duração de pelo menos 4h30.
- Pontos de amostragem adequados à área, linha elétrica e habitats.
- Inclui área de controlo semelhante à do projeto, com número de locais ≥ 50% dos da área do projeto.

Prospeção de Abrigos

- Num raio de até 10 km da CSF, com foco nos 2 km e zonas de intervenção.
- Também num raio de 200 m em torno de cada apoio da linha elétrica.
- Abrigos detetados devem ser monitorizados ao longo do ano, especialmente em épocas de hibernação e maternidade.

Dados de Monitorização Prévia

- Considerar dados de projetos anteriores num raio mínimo de 10 km, com atenção à mortalidade e espécies detetadas.

<u>Avaliação de Impactes</u>

- Avaliar impactos da CSF: mortalidade, alteração de habitat, efeito barreira e sobre abrigos.
- Considerar impactos cumulativos com outros projetos (fotovoltaicos, eólicos, vias, agropecuária intensiva, etc.).
- Avaliação deve abranger todas as fases do projeto.

<u>Medidas de Mitigação e Compensação</u>

- Evitar afetar núcleos de quercíneas, especialmente com árvores maduras.
- Adotar medidas de proteção durante cortes de árvores.
- Criar/manter corredores ecológicos para conectividade entre habitats.
- Minimizar perda de habitat e efeito barreira.
- Reduzir iluminação e adaptar espectro/luminárias para minimizar impacto.
- Avaliar medidas de compensação para garantir ganho líquido de biodiversidade.

<u>Plano de Monitorização</u>

Atividade

- Incluir pelo menos os 3 primeiros anos de exploração (e fase de construção, se necessário).
- Metodologias devem seguir as do ano 0, com ajustes se necessário.

Abrigos

- Monitorizar abrigos com >10 indivíduos nas épocas de criação e hibernação.
- Monitorização de AIN com autorização do ICNF.
- Durante construção e primeiros 3 anos de exploração.

Mortalidade

- Monitorização nos primeiros 3 anos.
- Prospeção semanal de cadáveres (março a outubro), incluindo áreas com painéis.
- Testes de correção de estimativas com carcaças adequadas.
- Avaliar continuidade da monitorização após cada período de 3 anos.

Outros Aspetos:

- O EIA deve detalhar metodologias, análise de dados e medidas de mitigação.
- Utilizar bibliografia atualizada, especialmente sobre estatutos de ameaça.
- Avaliar magnitude e significância dos impactes considerando estatuto das espécies e dimensão da área afetada.

O **Gandum Village – Hotel Rural** apresenta a sua discordância com o projeto pelas seguintes razões principais:

Impacto territorial e ambiental significativo

- O projeto ocupará cerca de 90 hectares de solo agrícola e montado, ecossistemas reconhecidos pela FAO como património agrícola mundial.
- A instalação causará fragmentação ecológica, perda de biodiversidade e alteração irreversível da paisagem.

Modelo energético centralizado e extrativo

- A energia produzida não será consumida localmente, mas enviada para centros urbanos, deixando Montemor com os impactos e sem os benefícios.
- O investimento gera baixo impacto económico local, com poucos empregos permanentes e sem redução de tarifas ou acesso direto à energia.

Alternativas mais sustentáveis e eficientes existem

- Segundo o LNEG (2023), o potencial solar em áreas urbanas e industriais poderia cobrir toda a procura elétrica nacional, sem ocupar solo natural.
- Montemor possui potencial técnico de 50–70 MWp em coberturas existentes, suficiente para suprir todo o consumo elétrico do concelho.

Justiça territorial e direito à paisagem

- O interior não deve continuar a ser tratado como "zona de sacrifício".

- A paisagem alentejana é um ativo cultural, económico e identitário, essencial para o turismo, agricultura e qualidade de vida.

Proposta de novo modelo energético

- Descentralizado, justo e regenerativo, com produção próxima do consumo.
- Incentivo ao autoconsumo coletivo, comunidades de energia e uso de infraestruturas já existentes.

O movimento **Juntos Pelo Cercal** manifesta a sua discordância com o projeto pelas seguintes razões principais:

- Estas infraestruturas centralizadas e de larga escala, especialmente no Alentejo, estão a criar zonas de sacrifício humano e ecológico.
- A transição energética deve priorizar o bem-estar planetário, e não o lucro de grupos económicos transnacionais.
- Necessidade de salvaguardar a biodiversidade, que é património comum e insubstituível.
- Propõe como alternativa o solar descentralizado, que beneficia as populações e protege os territórios.
- Os estudos de impacto ambiental devem ser baseados em critérios rigorosos, considerar os efeitos cumulativos de outros projetos, e ser fundamentados em ciência e envolvimento das populações.

A plataforma cívica **Juntos pelo Divor – Paisagem e Património** manifesta a sua discordância relativamente à PDA pelas seguintes razões principais:

- Relembra o compromisso de elaboração de um Mapa Verde para a instalação de parques fotovoltaicos, com consulta a entidades e movimentos locais e regionais.
- Critica a continuidade de projetos centralizados, defendendo a produção descentralizada com incentivos credíveis.

A **Marca – Associação de Desenvolvimento Local (Marca-ADL)** manifesta oposição ao projeto de instalação de painéis fotovoltaicos e rede de distribuição em Montemor-o-Novo, pelos impactes ambientais negativos cumulativos já reconhecidos no estudo. Acrescenta que o projeto agrava problemas já existentes como desertificação, escassez de água e fragmentação de habitats, especialmente na Serra de Monfurado, junto a dois Sítios da Rede Natura 2000.

A Marca-ADL solicita:

- Evitar fragmentação: Excluir traçado pela Serra de Monfurado; localizar rede junto a infraestruturas existentes; garantir corredores ecológicos.

- Reduzir impactes na origem: Localização alternativa em áreas artificializadas; promover agrovoltaico com ganho líquido de biodiversidade.
- Reduzir a pegada ecológica: usar acessos existentes; minimizar impermeabilização; fundações de baixo impacto.
- Proteger solo e água: Plano de controlo de erosão; zonas tampão ripícolas; gestão sustentável sem herbicidas.
- Preservar biodiversidade: Inventários prévios; zonas de exclusão; compensações com metas de ganho líquido.
- Valorizar paisagem, património e comunidade: Manutenção da estrutura paisagística; salvaguarda arqueológica; participação pública.
- Garantir monitorização e transparência: monitorização independente com limiares de ação e relatórios anuais públicos.

A Marca-ADL defende energias renováveis com responsabilidade, propondo uma rede descentralizada com unidades menores, menos impactantes e mais seguras, em vez da atual lógica de centralização.

A **Sociedade Agrícola do Freixo do Meio, Lda.** afirma que é responsável pela única área protegida privada do distrito de Évora e manifesta discordância quanto à implementação de usos alternativos do território sem que existam planos de ordenamento aprovados, como o Mapa Verde atualmente em discussão.

O **Turismo de Portugal, I.P.** considera que nada há a opor à estrutura e ao conteúdo do documento. Apresenta, contudo, as seguintes considerações relevantes para a elaboração do EIA:

- Consulta à plataforma SIGTUR – Deve ser usada para obter dados sobre empreendimentos turísticos existentes e previstos, como alojamento local, turismo de natureza, golfe, etc.
- Caracterização da oferta turística – O EIA deve incluir a análise da oferta de alojamento turístico e infraestruturas de apoio na área envolvente. De acordo com a informação da plataforma SIGTUR, foi definida uma área de análise (*buffer*) de 1.000 metros em torno da central fotovoltaica e 500 metros ao longo do traçado da linha elétrica. Dentro dessa zona, identificou-se a seguinte oferta turística existente:
    - 1 empreendimento turístico (parque de campismo e de caravanismo "Burriscas Campismo Rural", com capacidade para 33 utentes) atravessado pela proposta de traçado da linha elétrica mais a norte (troço 4A) e a cerca de 350m de distância da proposta de traçado mais a sul (troço 4B);
    - 1 estabelecimento de alojamento local "Fazenda do Medronhal", com capacidade para 6 utentes;
    - 1 estabelecimento de agente de animação turística.

- Verificação de empreendimentos em licenciamento – Pode haver projetos turísticos em curso não identificados, sendo necessário obter essa informação junto da Câmara Municipal.
- Análise da procura turística – Devem ser considerados dados do INE e da Câmara Municipal sobre visitação e procura turística no concelho.
- Afetação direta de empreendimento turístico – O traçado da linha elétrica afeta diretamente o parque de campismo "Burriscas Campismo Rural"; recomenda-se optar pelo traçado alternativo (troço 4B) com maior afastamento.
- Minimização de impactes visuais e ecológicos – Devido à proximidade de áreas sensíveis (ZEC Monfurado, património classificado, etc.), é essencial implementar um Projeto de Recuperação e Integração Paisagística.
- Compatibilidade com o PDM de Montemor-o-Novo – A área do projeto não incide sobre espaços de ocupação turística definidos no Plano Diretor Municipal.

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Central Fotovoltaica FFV Montemor – PDA 263

Assinado por: **Miguel Nogueira Couchinho**

Miguel Couchinho